



LEANDRA DE BRITO RODRIGUES

**O PATRIMÔNIO E OS BENS CULTURAIS DE GOIÂNIA: UMA OUTRA
PERSPECTIVA**

(Uma análise a partir dos frequentadores do Setor Central)

Goiânia - GO
2018

LEANDRA DE BRITO RODRIGUES

**O PATRIMÔNIO E OS BENS CULTURAIS DE GOIÂNIA: UMA OUTRA
PERSPECTIVA**

(Uma análise a partir dos frequentadores do Setor Central)

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico, lato sensu - à distância, do Programa de Pós-graduação em Arte-PPG-Arte, Instituto de Artes da Universidade de Brasília.

Orientador: Me. Sidelmar Alves da Silva Kunz

Goiânia - GO
2018
Polo Goiás – GO

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade de mais esse conhecimento e por dar-me forças para concluí-lo.

Agradeço ainda a TODOS aqueles que contribuíram de alguma forma para essa pesquisa: família, amigos, colegas de profissão, colegas de curso, professores e envolvidos na elaboração e andamento do curso, autores das fontes pesquisadas e participantes do questionário. Peço que as bênçãos dos céus sejam sobre cada um.

RESUMO

A presente pesquisa apresenta a perspectiva dos cidadãos no que se refere ao patrimônio cultural em Goiânia, com recorte na área do Setor Central, onde as pessoas abordadas estão mais próximas à maioria dos bens tombados. É realizado o resgate do conceito de patrimônio cultural e se expõe a sua evolução até a hodiernidade do entendimento desse conceito e sua abrangência. É feito, também, um diálogo com a história de Goiânia desde sua construção, relacionando ao urbanismo e à formação dos estilos arquitetônicos da capital. São apresentados, ainda, os instrumentos legais que contemplam o patrimônio do município, como atuam, e a atual situação de degradação da área histórica. Em termos metodológicos para captar as percepções foi utilizado questionário semiestruturado. Os resultados sinalizam no sentido que a maioria das pessoas tem noção do que significa patrimônio cultural, porém não conhece bem a história de Goiânia, tão pouco o estilo Art Déco que representa a cidade. Sinaliza-se que, embora essas pessoas não tenham muito conhecimento da história, acreditam que o bairro possui potencial para receber incentivos e se tornar atrativo para investimentos e turismo, que poderão ser alcançados com a sua recuperação. Após as informações apresentadas durante a aplicação do questionário, as pessoas foram estimuladas a divulgá-las e a observar a história a sua volta, o que mostra que o objetivo desta investigação foi alcançado e, concomitantemente, novas ideias para ações em educação patrimonial surgiram a partir dessa observação.

PALAVRAS – CHAVE: Patrimônio Cultural, Art Déco, Goiânia, Preservação.

ABSTRACT

The research presents the perspective of the citizens with regard to the cultural heritage in Goiânia, in the delimitation of the Central neighborhood, where the people approached are closer to most of the registered cultural heritage. The concept of cultural heritage is redeemed and its evolution is exposed until the modernity of the understanding which is more embracing. There is also a dialogue with the history of Goiania since its construction, relating to urbanism and the formation of the architectural styles of the capital. Also presented are the legal instruments that contemplate the heritage of the municipality, how they act, and the current situation of degradation of the historical area. In methodological terms to capture perceptions, a semi-structured questionnaire was used. The results indicate that most people are aware of what cultural heritage means, but they do not know the history of Goiânia well, so little does the Art Déco style that represents the city. It is noteworthy that although these people do not have much knowledge of the history, they believe that the neighborhood has the potential to receive incentives and become attractive for investment and tourism, which can be achieved with its recovery. After the information presented during the application of the questionnaire, people were encouraged to divulge them and to observe the history around them, which shows that the objective

of this investigation was reached and, at the same time, new ideas for actions in heritage education came about from this observation.

KEY WORDS: Cultural Heritage, Art Deco, Goiânia, Preservation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vista aérea do Setores Central, Sul e Oeste, em 1953	17
Figura 2 – Traçado inglês do Setor Sul, por Armando de Godói. Muitas curvas, ruas mais estreitas e muita área verde envolvendo as quadras	18
Figura 3 - Planta Geral de Urbanização de Goiânia de 1947	19
Figura 4 - À esquerda, o edifício da antiga Estação Ferroviária, de 1950	22
Figura 5 – À direita, o Teatro Goiânia, de 1942	22
Figura 6 – À esquerda, o prédio do Grande Hotel, de 1937	22
Figura 7 – À direita, o prédio do Antigo Departamento Estadual de Informação, de 1960 (atual Museu Zoroastro Artiaga)	22
Figura 8 – À esquerda, o Coreto da Praça Cívica	22
Figura 9 – À direita, a Torre do Relógio, da Avenida Goiás	22
Figura 10 – À esquerda, residência com traços singelos de Art Déco	23
Figura 11 – À direita, sobrado de uso misto: comércio no térreo e residência no pavimento superior, com singelos detalhes do Art Déco	23
Figura 12 – À esquerda, um sobrado modernista situado no Setor Sul numa via que contorna a Praça Cívica	23
Figura 13 – À direita, outro sobrado modernista de expressão mais pura do estilo, situado também no Setor Sul, na mesma via a edificação da esquerda	23
Figura 14 – À esquerda, um sobrado modernista situado no Setor Oeste	23
Figura 15 – À direita, um sobrado eclético, situado também no Setor Central	23
Figura 16 – À esquerda, um casa eclética que carrega traços da arquitetura europeia existente também no sul do Brasil, situada no Setor Central	24
Figura 17 – À direita, uma casa eclética com traços de arquitetura missionária, situada no Setor Central	24
Figura 18 – À esquerda, uma casa-tipo, situada no Setor Central	24
Figura 19 – À direita, um sobrado casa-tipo, situado também no Setor Central, mas é um bem tombado como patrimônio por ter sido sede provisória do Palácio do Governo e depois a primeira Faculdade de Direito	24
Figura 20: Grande edifício Art Déco coberto por propagandas, situado na avenida principal do Setor Central, bem próximo à Praça Cívica	30

Figura 21: Construção modernista abandonada à destruição, situada no entorno de bem tombado (Bosque dos Buritis), quase em frente a outro bem tombado (antiga residência e atual Museu Pedro Ludovico), a 220 metros da Praça Cívica	30
Figuras 22 e 23: Dois anúncios para a mesma casa: o primeiro informa “ideal para construção de prédio Residencial, enquanto o segundo afirma que há gabarito para prédio, enquanto ainda se contradiz com elogios à construção, sem deixar de enaltecer ainda mais o valor do terreno	31
Figura 24: Rua com casas coloridas e turistas fotografando, no bairro La Boca, Buenos Aires	34
Fig.25 – Gráfico ilustrativo da percepção do Setor Central pelos seus frequentadores, conforme as alternativas oferecidas	39

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. PATRIMÔNIO CULTURAL: CONCEITOS	10
2. HISTÓRICO: GOIÂNIA E SUA ARQUITETURA	14
3. REGISTROS DO PATRIMÔNIO EM GOIÂNIA E OUTRAS PREVISÕES LEGAIS	25
4. CONDIÇÃO ATUAL: APONTAMENTOS	29
5. ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	37
CONCLUSÃO	42
ANEXO	44
REFERÊNCIAS	47

INTRODUÇÃO

Goiânia é capital do estado de Goiás, no coração do Brasil. Uma cidade planejada e projetada para simbolizar o crescimento e a modernização almejados pela Marcha para Oeste - empreendimento ocorrido durante o Estado Novo, que visava ocupar as regiões a Oeste do país, até então menos urbanizadas que as litorâneas.

O estilo arquitetônico escolhido na época, para se construir os principais edifícios em Goiânia, foi o Art Déco. Também no urbanismo se aplicou das tendências mais modernas da época, já que o arquiteto e urbanista Attílio Corrêa Lima, incumbido dos projetos e planejamento da nova cidade, havia acabado de chegar de seus estudos em Paris, onde se profissionalizou.

Assim, a produção arquitetônica em Goiânia foi bastante expressiva, e seu reconhecimento repercute internacionalmente. Embora tamanha relevância, em seu próprio território não recebe o devido valor e, a situação encontrada hoje ainda é a mesma de décadas atrás: dificuldade de atuação do poder público; série de demolições, sendo muitas sem autorização; abandono das áreas históricas quanto às intervenções eficazes; imóveis sem manutenção; desvalorização da história. Todas essas questões refletem ainda a falta de identificação dos habitantes com a história da própria cidade, o que torna mais difícil as tentativas de preservação.

Portanto, foi proposta uma análise da percepção dos cidadãos, considerando a opinião dos frequentadores do Setor Central em relação aos imóveis históricos e ao

patrimônio da cidade. Esse bairro foi escolhido por ser o primeiro a ser projetado, onde foi estabelecido o Marco Zero e implantada toda infraestrutura de funcionamento inicial da cidade, no qual hoje se encontra um melancólico cenário de degradação. Sabe-se que, de forma geral, os imóveis antigos não são bem vistos, até pela condição de abandono em que frequentemente têm sido deixados, degradando a paisagem, trazendo insegurança e desinteresse geral pelas áreas históricas. Essa visão negativa poderia ser considerada superficial, pois em muito representa falta de informações sobre esses bens. Qual seria o motivo causador dessa situação? A insuficiência das ações da administração pública? A voracidade do mercado imobiliário? A ineficiência do planejamento? O desconhecimento da população?

Foram abordadas todas essas questões, pois influenciam diretamente na atual situação do patrimônio, mas justifica-se a abordagem da população e verificação de suas percepções na tentativa de compreender sua perspectiva e despertar seu olhar para questões até então não observadas.

A partir das análises constatadas, acredita-se ser possível propor estratégias para transformação do cenário de preservação local, de forma mais assertiva. Para tanto, foi colocada a seguinte questão “Qual é a percepção, pelos frequentadores do Setor Central, em relação ao patrimônio local?”. O foco foi o patrimônio construído, a arquitetura local que marca a paisagem e é tão característica. A questão do imaterial não foi analisada, pois é um caso ainda mais complexo, apropriado para outra pesquisa específica.

A análise foi feita através de pesquisa bibliográfica, documental, levantamento de dados, entrevistas e experiências profissionais. O trabalho foi iniciado com a conceituação de patrimônio cultural e em seguida, com a delimitação do tempo e do espaço da pesquisa. Para melhor compreensão do contexto, no que diz respeito à Goiânia, resgatou a história do surgimento da cidade, seu processo de crescimento e o abandono do centro histórico. Em seguida foram colocados os pontos problemáticos e barreiras encontradas nos dias atuais, sendo que o foco principal deles foi o reconhecimento de seu patrimônio por parte da população. Após a análise foram apontados os resultados e algumas considerações para futuras ações que tenham intuito de modificar o cenário de valorização do patrimônio, que atuem para a conscientização das pessoas, que é o maior fator de transformação capaz de viabilizar as propostas.

I - PATRIMÔNIO CULTURAL: CONCEITOS

A palavra patrimônio significa no dicionário herança paterna, bens de família. De origem latina, a palavra *patrimonium* se referia entre os romanos, a tudo que pertencia ao pai, pater ou pai de família. O conceito abrangia tudo que estava sob domínio do indivíduo, sem excetuar as pessoas. Estava ligado aos interesses aristocráticos, era elitizado, portanto, a maioria da população não era possuidora de patrimônio. (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

Mais adiante, com o Cristianismo, acrescentou-se outro caráter ao conceito de patrimônio, porém coletivo e simbólico: o religioso. O direito ao patrimônio continuava segregado, mas surgiram rituais e símbolos comuns. Nessa época o conhecimento era acessível apenas à elite e à igreja, e a maneira que as demais pessoas tinham de conhecer sua história e compreender seus antepassados, era coletar e catalogar coisas antigas encontradas, como vestígios de edifício e de todo tipo de objeto. Os humanistas, aqueles que se interessavam por essas coisas antigas, fundaram o chamado Antiquariado. (FUNARI; PELEGRINI, 2006). Hoje conhecemos os espaços de antiquário, que comercializam os mais diversos objetos antigos, com nome provavelmente vindo desse termo.

Ainda no século XVIII, um importante marco histórico foi a Revolução Francesa, quando a população contesta o poder da monarquia demonstrando sua oposição através da destruição dos monumentos e castelos. Os conflitos decorreram em grandes perdas nas construções históricas, estimulando os grupos intelectuais a buscar medidas para reparar os danos e preservar o que havia restado. Iniciam-se então, as legislações relativas ao patrimônio, porém, o conceito permanece com sentido elitizado, ligado aos edifícios de forma isolada e de valor especial. (COUCEIRO, 2015).

Nesse período, surgiram duas teorias opostas sobre a conservação desses edifícios: a de Viollet-le-Duc e a de John Ruskin. O primeiro era arquiteto francês e foi contratado pelo governo para recuperar os edifícios e monumentos franceses. Investiu seus conhecimentos nessa área e acreditava que a restauração traria o monumento ao estado original, incorporando, se necessário, alguns elementos – portanto foi categorizado como intervencionista.

Viollet-le-Duc (1814-1879) defende a restauração, permitindo ao arquiteto: completar edifícios através de uma unidade estilística, completar através da lógica, agregar partes novas ainda que não tenham nunca existido na história da edificação possibilitando sua conclusão. Ele se apoderava das obras, ou seja, o que pensava estar ruim, modificava. Tomava posse do projeto respeitando as características estilísticas e desconsiderando os aspectos históricos, porém havia a preocupação com a busca da perfeição formal. Isso fazia com que fosse possível reconstituir as partes desaparecidas por meio daquelas ainda existentes. Os acabamentos eram tal qual o projeto original, não era possível perceber suas intervenções. Interpretava a arquitetura de uma forma bastante racionalista. (VOGT; RIGO, 2013, n.p).

Já o segundo, teórico inglês, com ideias opostas ao primeiro e portanto, classificado como conservacionista ou anti-intervencionista, acreditava que a restauração era um processo degradador, pois modificava a matéria original, e que no máximo deveriam ser praticadas ações de manutenção, pois as marcas do tempo também constituíam originalidade. Ele defendia ainda a preservação da casa e não apenas de monumentos e prédios públicos ou religiosos. (CHOAY, 2001)

John Ruskin (1819-1900) defende o anti-intervencionismo, isto quer dizer, uma teoria ruinística. Segundo ele, o monumento deve permanecer intocado como no projeto original do arquiteto, e/ou das gerações passadas, juntamente com as marcas do tempo, nele impressas. Considera a restauração como a destruição mais completa que pode ter em uma edificação, como uma falsificação. Para ele o destino de todo monumento histórico é a ruína e a desagregação progressiva. Para Ruskin a restauração era uma consequência da negligência humana. (VOGT; RIGO, 2013, n.p).

Outro marco importante na evolução do conceito de patrimônio foi o final da Segunda Guerra Mundial, um momento marcado por perseguições e governos autoritários, individualismo e nacionalismo - o período em que ocorreram os regimes políticos do nazismo e do fascismo. Então, grupos organizados na sociedade criticam essas ideologias preconceituosas e excludentes e buscam por liberdade de direitos. Surgem nesse período as entidades ONU e UNESCO com o objetivo de gerenciar tais debates, incluindo a questão do patrimônio. (COUCEIRO, 2015).

A discussão é então ampliada aos países considerados mais pobres, chamados na época, de terceiro mundo, e que não tinham lugar para suas manifestações culturais junto à compreensão de patrimônio. Sobretudo por sua população composta de grupos indígenas e de ex-escravos, considerados não letrados mas que possuíam em seus costumes diversas práticas de expressões variadas. Ocorre, portanto, a ampliação do conceito, incluindo-se a questão do patrimônio imaterial, que é aquele que não se constitui em objeto palpável, mas se liga às práticas culturais tradicionais de valores espirituais e emocionais. Perde-se o conceito de patrimônio ligado apenas aos edifícios, para abranger as diversas questões da sociedade buscando mais igualdade e reconhecimento de direitos. (COUCEIRO, 2015).

Nota-se que o termo se amplia de um conceito inicial que considera apenas edifícios de forma isolada para uma ideia mais abrangente e inclusiva. Portanto, o conceito se modificou conforme as necessidades temporais, transformações sociais e momento histórico político. Hoje, o conceito de patrimônio compreende como bens culturais as descobertas arqueológicas, as paisagens naturais, os sítios urbanos e uma imensidade de manifestações e representações culturais. Ainda se tornou obrigatória no contexto do planejamento urbano, a discussão sobre a preservação das áreas históricas, consideradas como composição importante e de singular valor no espaço da cidade, imprescindíveis ao seu desenvolvimento.

Quanto às práticas atuais aplicadas na recuperação e preservação dos edifícios há um senso de equilíbrio, evoluído a partir das teorias de Viollet-le-Duc e John Ruskin, onde pode-se compreender as seguintes bases:

- A prática da manutenção preventiva, evitando a necessidade de restauração;
- A valorização da matéria original e de seus significados;

- Se necessária uma intervenção, que fique claro o que é antigo e o que é novo, apresentando autenticidade;
- A obrigação do registro de obras, intervenções e documentação como prática para preservação e arquivamento de informações;
- Usos contínuos e ativos para a permanência útil do bem nos vários tempos de transformação da cidade;

II – HISTÓRICO: GOIÂNIA E SUA ARQUITETURA

Goiânia é a capital do estado de Goiás, que completa 85 anos no dia 24 de outubro de 2018, considerando a sua data de batismo em 1933. A capital até então era Vila Boa de Goiás, uma cidade típica colonial, cuja economia foi baseada na exploração do ouro e iniciada pela vinda dos Bandeirantes paulistas.

Em justificativa ao argumento de que a capital não comportava um pleno desenvolvimento com a implantação da infraestrutura necessária ao crescimento da cidade, nasce o discurso de uma capital mais moderna e representativa. A antiga capital, do séc. XVIII, possuía condições edilícias precárias, em que suas edificações foram “construídas nos limites das divisas frontais e laterais, formando uma fileira interminável de casas geminadas, que não recebiam iluminação e insolação diretas, mas apenas feixes de luz nas testadas frontal e posterior”. (RIBEIRO, 2004, p.18).

Vários argumentos foram apontados para a cidade de Vila Boa, na tentativa de justificar uma transferência de capital, apresentando más condições para os aspectos físico-geológicos-geográficos e ambientais: a) Importante fonte de ouro e diamante, porém esgotada desde 1750; b) Clima castigado por sua localização em depressão rochosa bastante acidentada e vedação natural pela Serra Dourada; c) Barreiras ao

crescimento populacional pelas condições naturais e esvaziamento da cidade devido às limitações físicas e predominância de produtores rurais; d) Uma nova capital assumiria o papel de centro das decisões econômicas, sociais e político-administrativas, apresentando uma representação mais adequada. (RIBEIRO, 2004). Um relatório do urbanista Armando Augusto de Godói atestava todas essas condições, confirmando que a ideia de mudança era uma solução e não poderia mais ser adiada – pois já houvera tentativas anteriores. (MONTEIRO, 1938).

No entanto, dentro do discurso desenvolvimentista haviam interesses políticos e comerciais: retirar o poder das antigas oligarquias, influentes na então capital Vila Boa, e a integração de Goiás com outros estados, criando uma cidade moderna, acompanhada pelo progresso industrial, bancário e comercial, segundo o que era divulgado na época. (ESTEVAM; MACHADO, 2001).

Um fator que contribuiu para isso foi a indicação de interventores nos estados: “Em Goiás, a nomeação de Pedro Ludovico como interventor suplantou a oligarquia dos Caiado que se encontrava no poder desde o início do século XX”. (MOURA, 2007, p.20). Pedro Ludovico Teixeira era médico, nascido em 1891, em Vila Boa. No início da década de 20, se ligou a grupos revolucionários e se posicionou claramente em oposição ao governo da época.

Devido à influência desses antigos dirigentes, outro ponto que estimulava a mudança era a dificuldade administrativa do seu governo em Vila Boa. Mudando a capital, Pedro Ludovico não só estava alcançando seu ideal em prol do progresso, mas criando um novo centro de poder e decisões. (CHAUL, 1984).

Em 1932, Pedro Ludovico vai até a capital federal para buscar apoio do presidente para sua proposta de mudança. Obteve êxito e então, providenciou as medidas necessárias. O primeiro passo foi encontrar um sítio ideal para implantação da cidade, para a escolha nomeou pessoas habilitadas. Através do Decreto Nº 2737, de 20 de dezembro de 1932, criou uma comissão com caráter técnico, social e político, com as seguintes frentes: religiosa, civil, urbanística, física, sanitária, econômica e de segurança. Compunham o grupo: o bispo de Goiás D. Emanuel Gomes de Oliveira, o advogado Colemar Natal e Silva, o secretário engenheiro-urbanista João Argenta (único remunerado do grupo), o diretor do serviço sanitário do Estado Laudelino Gomes, o engenheiro do Estado Jerônimo Fleury Curado, o oficial superior do exército cel. Antônio Pirineus de Souza, os comerciantes Antônio Santana e Gumercindo Pereira. (RIBEIRO, 2004).

Segundo o relatório conclusivo da comissão ficou decidida a área de Campinas¹, nas proximidades da Serrinha, por ser um local mais povoado, com topografia apropriada, ampla contribuição hidrográfica, altitude e clima favoráveis. (RIBEIRO, 2004).

A preferência pelos terrenos poucos acidentados é a marca do urbanismo francês, cujo traçado deveria ser funcional, para permitir um deslocamento fácil e rápido. Assim, os terrenos muito ondulados ou com uma geografia muito complexa como montanhas, rios, lagos, lagoas, rios mares, deveriam ser evitados, pois encareceriam a obra e também requereriam mais tempo de execução. A exclusão de vias fluviais era aconselhada, pois são fontes de doenças e a sua manutenção é dispendiosa. (DAHER, 2009, p.88).

O ideal de modernidade também se apresentou para o estilo arquitetônico e urbanístico da nova cidade. O arquiteto e urbanista Atílio Corrêa Lima, contratado para o projeto, aplicou no urbanismo tais intenções, pois era recém chegado de seus estudos em Paris, por sua vez considerada como berço da arquitetura. Deste berço saíram várias tendências, experimentos pioneiros na área da arquitetura e urbanismo, e várias teorias, incluindo a da preservação. Atílio fez o primeiro projeto da capital e de alguns edifícios, porém, seu plano não foi concluído devido ao rompimento de contrato com o Estado porque ele demonstrou descontentamento com o andamento das obras e com o descumprimento de regras construtivas, expondo os obstáculos e entraves à construção da cidade. (URURAHY, 2018). Foi substituído pelo engenheiro Armando Augusto de Godói que continuou o projeto parcialmente implantado, prosseguindo com adaptações, criando especialmente para o Setor Sul, um outro modelo urbanístico, inglês, conhecido por cidade-jardim. (DAHER, 2009).

O projeto primeiro de Goiânia foi elaborado pelo o arquiteto-urbanista Atílio Correa Lima, que se inspirou na escola francesa de urbanismo do início do século XX. Atílio não chegou a concluir a implantação integral da nova capital, pois rompeu antes o contrato com o governo de Goiás. Logo é substituído pelo engenheiro urbanista Armando de Godói, que deu continuidade ao plano, mas seguindo orientação do modelo das cidades-jardim inglesas. (DAHER, 2009, p.77).

A figura 1 é uma imagem aérea de 1953, que apresenta na parte superior, o Setor Central, já ocupado, abaixo o Setor Sul e à esquerda o Setor Oeste, ainda não ocupados, mas com algumas vias demarcadas. Algumas construções pontuais são vistas no Setor Sul.

¹ Campinas, uma região que deu suporte à construção da nova capital, é hoje um bairro de Goiânia. Mais antigo e tão quanto abandonado em relação à preservação histórica, possui apenas dois bens tombados e parte do traçado. Importante local, com características bastante peculiares, mas convém ser analisada em estudo específico.

Figura 1 - Vista aérea do Setores Central, Sul e Oeste, em 1953.



Fonte: SEPLANH (2016).

Na imagem é possível ver claramente o desenho urbanístico francês no Setor Central: avenidas principais, amplas, se convergem para um centro, que é a Praça Cívica (nome oficial: Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira), onde se localizam os prédios públicos e administrativos (hoje com outras funções), dando a este ponto um significado relevante e soberano em relação ao espaço da cidade. O melhor terreno era o plano e o desenho ideal era o de linhas retas e retangulares apresentando uma qualidade importante e funcional para que o deslocamento fosse racional e ágil.

As cidades francesas tinham no centro administrativo uma deferência em relação às outras áreas do traçado urbano. Para isso, acentuavam esse local, implantando-o na parte mais alta da cidade e com as avenidas em diagonal, correndo em direção ao palácio, edifício principal do conjunto. Esse desenho foi inspirado nas cidades barrocas, do período renascentista, expressão do poder absoluto da monarquia. Todas as avenidas conduzem ao palácio assim como o próprio governante reunia todo o poder político. A avenida era uma marca importante da cidade barroca, pois servia para movimentação militar e também para circulação de veículos de rodas. (DAHER, 2009, p.88).

A figura 2 apresenta com mais nitidez o traçado diferenciado do Setor Sul, com linhas completamente diferentes. Por ser um bairro histórico de Goiânia e com um projeto urbanístico muito particular, se encontra atualmente em processo de

tombamento², sendo que o traçado dos núcleos pioneiros dos Setores Central e Campinas já são tombados a nível federal.

Figura 2 – Traçado inglês do Setor Sul, por Armando de Godói. Muitas curvas, ruas mais estreitas e bastante área verde envolvendo as quadras.



Fonte: SEPLANH (2016).

Assim o sistema viário que para os franceses era um fator funcional, para os ingleses, tinha também objetivo humano e estético. A abertura e implantação de equipamentos em vias curvas e onduladas, adverte Unwin, requer custos altos. Mas, seria o preço a pagar para obter tal efeito estético, conclui. (DAHER, 2009, p.82).

A figura 3 é a Planta Geral de Urbanização de Goiânia de 1947, apresentando o projeto dos bairros pioneiros, resultado do trabalho dos dois projetistas.

² O pedido de tombado do Setor Sul, iniciado na década de 90, ainda não foi concluído por diversos entraves, entre eles interesses imobiliários e estatais, diante de uma equivocada compreensão de congelamento do bem tombado, sem desconsiderar a falta de incentivos locais para preservação. Há diversos estudos sobre o bairro, que é uma abordagem muito importante do contexto histórico da cidade, especialmente pela transformação ocorrida desde sua ocupação, que não compreendeu a proposta urbanística, se tornando hoje um bairro descaracterizado, inseguro, problemático e de alto valor imobiliário em Goiânia. Porém, é conteúdo para uma outra abordagem específica.

Figura 3 - Planta Geral de Urbanização de Goiânia de 1947.



Fonte: SEPLANH (2016).

Para a construção dos principais edifícios de Goiânia, foi também definido o que havia de mais moderno na época: o estilo Art Déco.

O novo estilo trazia edifícios com fachadas isoladas, formas geométricas organizadas e materiais até então desconhecidos, como metais e néon, se contrapondo ao estilo vernáculo de casas coladas umas nas outras. (DOSSIÊ, 2010).

O material preferencial utilizado na região era o adobe, que se alternava com o pau-a-pique ou taipa. Com o advento do art déco, viu-se uma negação daqueles antigos processos construtivos, dos materiais tradicionais. Foram introduzidos o tijolo de barro cozido, o concreto e novos materiais de acabamento. A caiçação foi substituída pelos revestimentos de pó de pedra. Com esse elemento alienígena há uma perturbação de ordem regional, tranqüila, imutável e modorrenta. Pois há quem veja na arquitetura art déco uma negação da arquitetura vernácula em Goiás, um corpo estranho que vem alterar a vocação arquitetônica da região. Ora, mas não seria essa justamente a intenção do poder público ao torná-la a arquitetura oficial? Anunciar grandes mudanças que se avizinhavam, apontar um caminho, preparar o cenário para as novas relações urbanas que se prometiam? (DOSSIÊ, 2010, p.26).

A citação acima mostra uma estratégia em se contrapor à arquitetura vernacular existente, inserindo um estilo totalmente novo, por alguns visto como uma negação do estilo regional. Mas a ideia era realmente negar o passado insistindo na

ideia de modernidade. Poderia esse motivo explicar um pouco da falta de reconhecimento sobre o patrimônio?

O Art Déco é uma expressão francesa que se refere às artes decorativas, um estilo que se manifestou em todo o mundo, nas mais diversas áreas artísticas, como design, moda, música, mobiliário, arquitetura, publicidade, etc. Lembrando que Atílio era recém chegado de Paris, onde já se empregava o Art Déco. Esse estilo possuía características universais, mas também se caracterizava por peculiaridades regionais inseridas nos elementos decorativos.

Um edifício goianiense guarda semelhanças inegáveis com seu colega neozelandês: estão aqui em evidência as características universais. Mas, enquanto o edifício neozelandês é ornamentado pelo inconfundível pinheiro das Ilhas Norfolk, o que decora seu colega goianiense são tamanduás, garimpeiros e bois no pasto. Enquanto num edifício de Miami Beach podem ser vistos flamingos coloridos em suas fachadas, entre flores e folhagens características dos pântanos de Everglades, os edifícios goianienses exibem orgulhosos sonoros nomes indígenas. (DOSSIÊ, 2010, p.26).

Apesar das obras de arte em Art Déco serem conhecidas mundialmente, é desconsiderada nos estudos artísticos do país (DOSSIÊ, 2010), sendo parte de produção mais recente, contabilizando 8 décadas. O que mais se reconhece no país é a produção colonial, cuja memória arquitetônica se refere ao período Brasil-Colônia, e fora desse período, pouquíssimas exceções do Modernismo. (DOSSIÊ, 2010). Dizer que a memória do Brasil está apenas no período colonial não corresponde à realidade, pois as realizações do século anterior também constituem papel importante na construção da memória do país e da realidade nacional. (UNES, 2008).

Concorre para isso o fato de que somente se reconhece aquilo que lhe foi apresentado. “Reconhecemos e aceitamos apenas aqueles monumentos do passado para os quais estamos hoje programados, aqueles para os quais, estamos preparados”. (BACHER apud DOSSIÊ, 2010, p.27).

Uma obra é significativa apenas para alguém que lhe conheça o significado. Assim, o conceito de algo existe primeiramente na consciência de quem a ele se refere. [...] Ora, para que algo seja reconhecido como um objeto artístico, é primeiramente necessário o reconhecimento do conjunto daquelas características. Apenas depois de ter aquele conjunto de características ganhado algum significado é que um objeto que as possua se tornaria significativo. (DOSSIÊ, 2010, p.27).

Uma importante característica nesse momento foi a exigência sanitária dos Códigos de Obras, exigindo afastamentos e recuos, deixando os edifícios livres nas quatro faces. Isso aumentou o trabalho do arquiteto, trouxe valorização às fachadas e

liberdade no uso de volumes, contrastando radicalmente com o aspecto monolítico das edificações anteriores. (UNES, 2008).

Observa-se no estilo traços geométricos, simetria, altos-relevos, caracteres tipográficos nas fachadas, coroamento com escalonamento de volumes, vidros e vitrais com motivos regionais, elementos formais étnicos como pirâmides escalonadas maias, zigurates mesopotâmicos e elementos egípcios. Por ser um período marcado pela industrialização, “busca refletir o design industrial de automóveis – associado à velocidade e à aerodinâmica – bem como o de navios” (UNES, 2008, p.38) e janelas arredondadas como as escotilhas náuticas também são encontradas.

Quanto às cores a maior predominância eram tons pastéis, especialmente amarelo, verde-água, azul e rosa, com contraste para os detalhes. Ainda por influência industrial eram usados materiais como aço, ferro fundido, inovações como tijolo de vidro e tubos de iluminação neon. Com a Primeira Guerra Mundial a vinda dos materiais da Europa foi prejudicada, e soluções vernáculas tiveram que ser encontradas como estuque e gesso, além de estimular um tímido começo da indústria nacional. (UNES, 2008).

A arquitetura por aqui foi bastante expressiva, especialmente das principais edificações que surgiam, como os edifícios administrativos, hotéis, escolas, teatros, monumentos, residências de personalidades de destaque na sociedade, etc. Pode-se compreender a maioria deles como edifícios institucionais, sendo que nos edifícios privados a escolha do estilo se deu mais por imitação dos primeiros, buscando o mesmo resultado: o aspecto moderno da cidade. (UNES, 2008).

Neste momento, é importante fazer uma distinção entre arquitetura institucional e privada. O resultado arquitetônico observado nos edifícios institucionais e privados é claramente distinto: enquanto aqueles demonstram maior riqueza de composição, ornamentação e detalhes, estes contentam-se muitas vezes com uma ou outra característica déco apenas. Em algumas casas ou edifícios mais simples, às vezes há uma única platibanda em zigurate a lembrar o estilo, escondendo o telhado colonial; outras vezes um mero friso em alto-relevo ilumina a singeleza da fachada. (DOSSIÊ, 2010, p.43).

Para ilustrar o que foi descrito, seguem imagens de alguns dos bens culturais tombados nacionalmente como conjunto Art Déco de Goiânia (figuras 4 à 9), e outras construções privadas (figuras 10 à 19).

Figuras 4 e 5 - À esquerda, o edifício da antiga Estação Ferroviária, de 1950. À direita, o Teatro Goânia, de 1942.



Fonte: Blog da Prefeitura de Goiânia (2018).



Fonte: Revista Factual (2016).

Figuras 6 e 7 – À esquerda, o prédio do Grande Hotel, de 1937. À direita, o prédio do Antigo Departamento Estadual de Informação, de 1960 (atual Museu Zoroastro Artiaga).



Fonte: Curta Mais (2015).



Fonte: CASTRO (2012).

Figuras 8 e 9 – À esquerda, o Coreto da Praça Cívica. À direita, a Torre do Relógio, da Avenida Goiás.



Fonte: JÚNIOR (2011).



Fonte: LÚCIA (2011).

Figuras 10 e 11 – À esquerda, residência com traços singelos de Art Déco. À direita, sobrado de uso misto: comércio no térreo e residência no pavimento superior, com singelos detalhes do Art Déco.



Fonte: Google Maps Street View (2017).



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

Outros estilos como eclético e modernista manifestaram-se nas construções civis. No eclético há uma mistura de elementos que não definem uma pureza estilística, mas incorporam traços diversos. O modernista geralmente apresenta formas derivadas de paralelepípedos, com cores claras e volumes que se sobrepõem exibindo leveza; ocorreu especialmente durante a ocupação do Setores Sul e Oeste, onde há um maior número de exemplares. Ver figuras 12 à 17.

Figuras 12 e 13 – À esquerda, um sobrado modernista situado no Setor Sul numa via que contorna a Praça Cívica. À direita, outro sobrado modernista de expressão mais pura do estilo, situado também no Setor Sul, na mesma via da edificação da esquerda.



Fonte: Google Maps Street View (2017).



Fonte: Google Maps Street View (2017).

Figuras 14 e 15 – À esquerda, um sobrado modernista situado no Setor Oeste. À direita, um sobrado eclético, situado no Setor Central.



Fonte: Google Maps Street View (2017).



Fonte: Google Maps Street View (2017).

Figuras 16 e 17 – À esquerda, um casa eclética que carrega traços da arquitetura europeia existente também no sul do Brasil, situada no Setor Central. À direita, uma casa eclética com traços de arquitetura missionária, situada no Setor Central.



Fonte: Google Maps Street View ((2017).



Fonte: Google Maps Street View (2017).

Fazem parte ainda das construções históricas locais, as casas-tipo, edificações que foram destinadas aos funcionários do governo recém transferidos para a nova capital, onde ganhavam os lotes e poderiam financiar a construção diretamente com a empreiteira, naquele momento, a firma Coimbra Bueno. Essas casas, representadas nas figuras 18 e 19, possuíam projetos prontos com o objetivo de criar modelos, numa função educativa. (MOURA, 2007).

Figuras 18 e 19 – À esquerda, uma casa-tipo, situada no Setor Central. À direita, um sobrado casa-tipo, situado também no Setor Central, mas é um bem tombado como patrimônio por ter sido sede provisória do Palácio do Governo e depois a primeira Faculdade de Direito.



Fonte: Google Maps Street View (2017).



Fonte: G. Maps S.View (2017).

Assim, o sistema tradicional na arquitetura e construção foi rompido, não apenas nos aspectos formais e nos modos de implantação do edifício no terreno, mas também na inovação dos materiais e das técnicas utilizadas.

III - REGISTROS DO PATRIMÔNIO EM GOIÂNIA E OUTRAS PREVISÕES LEGAIS

Após a apresentação de todo o acervo arquitetônico que dá forma à paisagem de Goiânia, foi possível esclarecer sua relevância, porém, pouco se preservou até os dias de hoje. Constam até o presente momento 62 registros, considerando as sobreposições de tombamento. Segundo dados da Secretaria Municipal de Cultura são 22 bens tombados pelo IPHAN, 27 pela instância estadual e 30 pela municipal, incluindo parques e árvores, além do patrimônio construído. Destes, alguns desapareceram como a área do antigo Automóvel Clube e duas árvores. Há pedidos para novos tombamentos em processo de análise.

Quanto ao urbanismo, foram tombados o traçado do núcleo pioneiro dos Setores Central e Campinas, bem como das avenidas principais que os ligam, a Praça Cívica e há processos em andamento para o Setor Sul, Praça Universitária e Rua 8 (Rua do Lazer). (SECULT, 2018). É certo que as informações nem sempre são precisas, pois há muito que se investir na estruturação dos departamentos que cuidam do patrimônio, além de melhorar o diálogo e compartilhamento de dados entre as entidades responsáveis e as três instâncias.

Diante desta exposição, percebe-se que há poucos bens tombados, sendo que a maioria são os mais expressivos, prédios ou espaços públicos e geralmente isolados. Residências somente de pessoas que foram destaques na sociedade

goiana. Portanto, percebe-se que uma enorme quantidade de construções estão desprotegidas legalmente.

Isso porque a lei municipal de preservação reproduz muitas partes do Decreto-Lei 25 de 1937, que é o instrumento federal: o significado do patrimônio como bens cuja conservação seja de interesse público, a questão das possibilidades de tombamento para uma diversidade de coisas, a inscrição do bem no livro de Tombo (para bens materiais) ou de Registro (para bens imateriais), entre outras questões.

Convém destacar aqui o parágrafo primeiro do artigo primeiro:

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei. (BRASIL, 1937, p.1).

Quando é afirmado que para ser patrimônio deve estar inscrito no livro próprio, automaticamente, são excluídos os demais bens culturais possuidores de valor. Isso porque o processo de tombamento é demorado e na maioria das vezes temido. Esse argumento tem sido usado de forma intencional para a não proteção dos bens culturais que não estejam tombados, embora tenham reconhecidos valores. Diante da falta de amparo legal não é possível justificar os inúmeros significados dos mais diversos bens na tentativa de preservá-los.

A Constituição Federal de 1988, prevê que o Poder Público tem o papel de promover e proteger o patrimônio com a colaboração da comunidade, através de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. Em nenhum momento menciona ser o tombamento o principal meio, ou desconsidera os demais, embora o Decreto-Lei 25 faça esse destaque. Importante ressaltar que essa lei federal tem quase cem anos, sendo resposta provavelmente das primeiras cartas patrimoniais, que são as Carta de Atenas de 1931 e de 1933.

As Cartas Patrimoniais não são leis mas funcionam como diretrizes a partir de discussões internacionais, traduzindo os significados da preservação e da cultura de determinado momento. No site do IPHAN constam 45 cartas, sendo a última de 2010 em Juiz de Fora. Diante disso convém refletir se seria interessante uma revisão desta lei de 1937 com a inclusão de conceitos mais claros e específicos, e definições mais abrangentes para proteção, diante de tudo que tem acontecido ao patrimônio em todo o território nacional.

Algumas cidades avançaram em inventariar um grande número de bens, instituindo em leis locais a proteção através desse meio. Não é o caso de Goiânia.

Quatro legislações municipais foram apontadas nesse estudo: Lei Orgânica, Código de Posturas, Plano Diretor e Lei de Preservação.

A primeira, Lei Orgânica, lei macro de Goiânia, rege o município a partir dos princípios fundamentais previstos na CF 88, faz as seguintes referências sobre preservação: que o desenvolvimento do Município está ligado ao respeito à cultura e preservação do patrimônio ambiental, natural e construído; que o Plano Diretor deve prever a preservação e respeito aos valores culturais; que o sistema educacional e cultural deve ajudar a expandir e conscientizar sobre o patrimônio, garantir e incentivar “a preservação, a valorização dos bens e manifestações culturais, especialmente as de origem local, e aquelas relacionadas aos segmentos populares, enfatizando a promoção da identidade e da memória cultural de Goiânia” (LEI ORGÂNICA, 1990, p.81); garantia do Conselho de Preservação e manutenção de arquivos históricos; previsão de captação de recursos para esses fins e aplicação de incentivos fiscais.

O Código de Posturas, Lei Complementar N° 014 de 1992, institui as normas disciplinadoras da higiene pública, do bem-estar público, da localização e do funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, bem como as correspondentes relações jurídicas entre o Poder Público Municipal e os munícipes, e cita que o profissional ambulante não deve estacionar em local da cidade, de forma nociva à preservação de valor histórico, cultural ou cívico.

O Plano Diretor em vigor, Lei Complementar N° 171 de 2007, prevê na seção da Cultura a preservação, a defesa, o estímulo e o apoio à preservação dos espaços, símbolos e das identidades históricas; a Transferência do Direito de Construir no caso de preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural; a garantia de preservação dos imóveis e espaços urbanos de especial valor histórico, cultural, arquitetônico, paisagístico e ambiental, protegidos por tombamento ou lei para execução de Operações Urbanas Consorciadas; classifica os bairros históricos e que contenham bem tombado como áreas de especial interesse, que objetiva a valorização mas não prevê ações específicas para estas.

Sendo este plano de 2007, passou por recente revisão, cuja minuta ainda não foi votada, mas constam os seguintes apontamentos quanto à preservação: o desenvolvimento sustentável da cidade ligado à preservação de vários aspectos;

proteção às diversas formas de manifestação cultural, além de apoio, incentivo; divulgação e recuperação dos marcos representativos da memória da cidade e dos aspectos culturais de sua população; programas diversos para tais fins; a mesma questão da TDC do plano anterior; cria a definição clara da área de bem tombado e da área de entorno, informando lei específica para definição de parâmetros do entorno; dá poder ao órgão competente para analisar casos inseridos nessas áreas; prevê a possibilidade de implantação de fiação subterrânea. (GOIÂNIA DO FUTURO, 2018).

A Lei Nº 7164 de 1992, trata da proteção e preservação do patrimônio municipal, e como já mencionado anteriormente, traz a reprodução de conceitos e demais questões instituídos na lei federal; institui o Conselho de Preservação com atribuições conflitantes; o Núcleo de Preservação que apoia o conselho com atribuições também conflitantes e até mesmo divergentes daquelas delimitadas pelo regimento interno da pasta ou das funções previstas no Estatuto dos Servidores, trazendo a impossibilidade de cumprimento de muitas questões.

A Lei Estadual, Nº 8915 de 1980, semelhantemente reproduz o Decreto-Lei 25.

Para finalizar, considera-se ainda o Estatuto da Cidade, Lei 10257 de 2001, que de forma geral regula a ordem pública e o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo e estabelece diretrizes gerais, dentre elas: a proteção do patrimônio cultural; a análise do patrimônio na avaliação de um Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV; e que os municípios devem instituir suas diretrizes de preservação.

Diante da questão exposta, fica evidente que, apesar dos tímidos avanços colocados na proposta do novo Plano Diretor, se faz necessária uma revisão geral das leis de preservação, não apenas municipais, mas de forma que alcancem o objetivo de transformar o cenário existente hoje no Brasil. Tendo autonomia para isso, o município de Goiânia teria um grande avanço se revisasse suas leis e parâmetros, incorporando novas formas de preservação, ao menos considerando as previstas na CF, acompanhando as transformações e a evolução contínua de uma sociedade marcada por interesses imobiliários e desconhecimento do patrimônio.

IV - CONDIÇÃO ATUAL DE GOIÂNIA: APONTAMENTOS

As influências sobre a preservação histórica só chegaram no Brasil no século XX, quando rompeu-se o sistema agrário. Embora tardia, conseguiu-se preservar no território nacional, sítios urbanos completos, desde monumentos até a casa pequena do trabalhador. (MONTEIRO, 2012).

Enquanto o Brasil começava a se preocupar com a preservação de seu patrimônio, Goiânia se quer “sonhava” com essas questões, pois sua história ainda nascia: o Decreto-Lei 25 é de 1937, o Batismo de Goiânia é de 1933.

Embora a cidade possua legislações que contemplem a preservação, até o momento muito já se perdeu. Com apenas 85 anos, a capital cresceu quase 30 vezes mais que a previsão do primeiro planejamento urbano e tem direito a todos os problemas de uma metrópole, entre eles a falta de preservação das áreas históricas. Para exemplificar têm-se: demolições ilegais, desprezo com as construções antigas, forte especulação imobiliária, omissões da administração pública, leis não aplicáveis, políticas públicas e programas interrompidos, etc.

Mais do que um local antigo, os centros históricos das cidades constituem testemunhos permanentes das conseqüentes transformações que estruturam uma sociedade. Nesses locais aconteciam todo o conjunto de atividades econômicas, sociais, cívicas, habitacionais e patrimoniais. (SEBASTIÃO, 2010).

O importante núcleo pioneiro, assumiu com o tempo, lugar de abandono. Vários são os motivos que levam ao declínio dos centros históricos: a descentralização das atividades, em virtude do espraiamento urbano; o desenvolvimento dos transportes, juntamente ao processo de suburbanização que permitiu a separação entre o local de trabalho e o de residência; a questão do desenho urbano não estar preparado para receber a massa de automóveis que emergiu com as mudanças sociais; o intenso trânsito que retirou o espaço de convívio, o uso dos pedestres e como consequência prejudicou a atividade comercial – substituída pelos shoppings; as novas centralidades se dotam de modernidade e progresso tecnológico em contraposição aos espaços antigos. (SEBASTIÃO, 2010).

Destes problemas é evidente a obsolescência física do centro histórico em decorrência da obsolescência funcional dos edifícios, espaços abandonados, infraestruturas inadequadas e dificuldade no atendimento da acessibilidade. (SEBASTIÃO, 2010). Algumas situações estão ilustradas nas figuras 20 e 21.

Figura 20: Grande edifício Art Déco coberto por propagandas, situado na avenida principal do Setor Central, bem próximo à Praça Cívica.



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

Figura 21: Construção modernista abandonada à destruição, situada no entorno de bem tombado (Bosque dos Buritis), quase em frente a outro bem tombado (antiga residência e atual Museu Pedro Ludovico), a 220 metros da Praça Cívica.



Fonte: Arquivo pessoal (2018).


Ainda que a expansão da cidade seja considerada um fenômeno natural e necessário ao seu desenvolvimento é percebida por um crescimento incontrolável das periferias fomentado pelo ciclo econômico. Deve-se reconhecer que “as intervenções em centros históricos podem ser a solução para uma forma alternativa de desenvolvimento urbano” (CAVÉM apud SEBASTIÃO, 2007, p.23).

Apesar do Setor Central oferecer uma infinidade de serviços necessários à cidade, os antigos edifícios de Goiânia representam um caráter ultrapassado, cuja arquitetura e formas não interessam a muitos usuários, planejadores e investidores. O que mais atrai são os preços baixos dos aluguéis e de aquisição de apartamentos residenciais ou comerciais. Os terrenos são valiosos, tanto quanto as casas térreas pois são consideradas mais pelo valor do terreno com perspectiva de potencial construtivo.

A exemplo disso, basta uma simples busca na *Internet* por casas à venda no Setor Central. Inúmeras ofertas aparecem, especialmente de residências antigas com anúncios de venda combinada com a proposta de construções de alto gabarito, ou seja, a garantia da possibilidade de demolição. Alguns anúncios chegam até a mencionar o valor histórico da casa, num discurso totalmente contraditório: ver figuras 22 e 23.

Figuras 22 e 23: Dois anúncios para a mesma casa: o primeiro informa “ideal para construção de prédio Residencial, enquanto o segundo afirma que há gabarito para prédio e ainda se contradiz com elogios à construção, sem deixar de enaltecer ainda mais o valor do terreno.

DESTAQUE




R\$ 698.000
3 quartos • 72m²

Setor Central
• Goiânia GO

Casa: Código do Imóvel 8027 Casa Setor Central São 633m², rua 72, 15 de frente x 72,25 laterais, situado em região de alto fluxo, a poucos metros da Avenida Paranaíba, Ginásio Rio Vermelho, ideal para construção de prédio Residencial ou

CONTATAR

DESTAQUE



R\$ 650.000
5 quartos • 4 vagas • 297m²

Setor Central
Rua 72 • Goiânia GO

Casa com quintal e copa: Casa com 5 quartos + barracão com 3 quartos; Esta charmosa casa construída no ano de 1952 com 296,69m² construído em um grande e valorizado terreno de 633,75m² (15x42,25), com gabarito para prédio;

CONTATAR

Fonte: Viva Real, 2018.

Uma das explicações para a ocorrência é que o zoneamento da cidade classifica esse bairro como adensável, para o qual, segundo o Plano Diretor (2007) são incentivadas as maiores densidades habitacionais e de atividades econômicas, sustentadas pela rede viária e de transporte. Além disso, não há proteção legal para o conjunto arquitetônico histórico do bairro, como já exposto, mas somente para locais pontuais dos bens tombados.

Além das demolições para dar lugar a novas construções, existem inúmeras com a finalidade comercial de estacionamento, uma atividade muito rentável e atrativa num bairro com alta densidade de automóveis e pouquíssimas vagas. Ressaltamos que naquele momento o uso do automóvel era bem menor, e não era exigido estacionamento para as construções como se fez necessário hoje.

Embora tenha aqui apresentada a relevância da arquitetura histórica de Goiânia, as construções têm sido demolidas diariamente. O problema da preservação tem perdurado por décadas sem muito avançar.

Um discurso na tentativa de preservação para Goiânia, é aquele em que ela poderia ser considerada a Capital Art Déco do Brasil, não só pelos seus edifícios expressivos mas por que este estilo é parte de sua essência e do seu contexto de criação. Essa denominação já tem sido usada em eventos, estudos e diversos acontecimentos culturais. Porém, a ideia ainda não foi assimilada de fato pela maioria. Se ela fosse compreendida poderia transformar o cenário de valorização e trazer frutos econômicos para a cidade, considerando esse patrimônio como atrativo turístico.

Devido à urgência de encontrar alternativas para a economia desses centros, frequentemente se encontra no turismo parte da solução, necessitando criar atrativos. (SEBASTIÃO, 2010).

Alguns locais usaram desse discurso para transformar sua economia, como Buenos Aires que é hoje um dos principais locais do *boom* turístico, estimulado pelos discursos políticos e econômicos, imagens, mapas, folhetos turísticos, criando um novo imaginário urbano.

Muitos pontos devem ser considerados para a criação do turismo cultural, e serão colocados aqui para reflexão utilizando como referência Schettini (2008), ainda com o exemplo de Buenos Aires:

- As propostas de revitalização urbana dos centros degradados são consideradas intervenções úteis para superar consequências negativas;

- O turismo com o valor do patrimônio cultural oferece oportunidades novas para recuperação, utilização e conservação do patrimônio, com resultados para melhorar a paisagem urbana e também as infraestruturas urbanas;
- Os espaços de atividades sociais e acontecimentos históricos culturais podem ser o objetivo do insaciável olhar turístico. O lugar que conta com algum tipo de patrimônio em consequência possui um potencial para destino de turismo cultural;
- O patrimônio é muito fácil de ser transformado em foco de atração e lugar de encontro. A chave está em encontrar formas de equilíbrio entre a conservação e uso;
- Existem recomendações de organismos internacionais para a incorporação do turismo cultural nas agendas dos países;
- A transformação desse patrimônio em um atrativo de rentabilidade faz com que esse turismo cultural adquira um peso cada vez maior em relação as outras modalidades;
- O turismo está ancorado ao território, portanto como mercadoria é consumida no seu local de origem e produção;
- A tendência contemporânea de patrimonialização e turistificação tem feito do passado uma verdadeira necessidade;
- Nessa linha as políticas patrimoniais tem sido redefinidas pelos governos locais como políticas culturais cujo objetivo é proteger a identidade e memória coletiva diante das fortes trocas produzidas pela globalização;
- Uma das questões abordadas é que o patrimônio não é algo herdado, nem natural, senão o resultado de uma prática social e um processo de seleção;
- Em Buenos Aires a cultura se transforma numa campanha oficial do governo: CAPITAL CULTURAL DA AMÉRICA LATINA;
- O *boom* urbano imprime a ideia de êxito se observada num simples olhar de um circuito turístico ou do mercado imobiliário, mas trata de demonstrar uma imagem estereotipada da situação;
- Propostas apresentam paradoxo diante de um território muito diverso e desigual, pois consiste numa estetização da pobreza, justamente onde se concentra a população desempregada e pobre, criando um *status* de pitoresco.

(Exemplo do bairro La Boca, onde os cortiços foram disfarçados com uso de revestimentos coloridos que atraem turistas de todo o mundo).

Figura 24: Rua com casas coloridas e turistas fotografando, no bairro La Boca, Buenos Aires.



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Toda sociedade passa por constantes mudanças, isso significa que uma forte base econômica hoje, pode ser totalmente transformada daqui a 50 anos, e até mesmo ser extinta, ainda mais se considerando as grandes e rápidas transformações decorrentes da era digital. Vários fatores determinariam isso, mas a denominação como Capital Art Déco, colocada aqui em questão, seria uma alternativa econômica a mais para a cidade e deveria ter uma considerável relevância no planejamento econômico.

Hoje em Goiânia há um atrativo muito grande de pessoas para a região da 44, que é um pólo de vestuário, responsável pelo aumento do número de cadastro de atividades econômicas para o Setor Central, de 34.746 em 2017 para mais de 192 mil em 2018. (SEPLANH, 2018). A área é congestionada tanto para o trânsito de veículos quanto para a circulação de pessoas, e está situada em parte do Setor Norte e parte do Setor Central. Os turistas desse ponto, geralmente permanecem na cidade os dias necessários para suas compras, não se aventurando em outros locais. Outros pontos que chamam a atenção na cidade são os parques, sendo que cinco deles são patrimônio.

A ideia do turismo cultural em Goiânia poderia ainda ser um argumento mais aceitável se ligado ao setor econômico, diante da dificuldade de compreensão da preservação pelo seu real significado.

A raiz desta dificuldade poderia ser a falta de identificação do próprio povo com sua história. Mas a memória cultural é mesmo seletiva, assim se apropria daquilo que se valoriza:

Os homens tecem suas memórias a partir das diversas formas de interação que mantêm com outros indivíduos [...]. Como os indivíduos não pertencem apenas a um grupo e se inserem em múltiplas relações sociais, as diferenças individuais de cada memória expressa o resultado da trajetória de cada um ao longo de sua vida. (SANTOS; 2013, p.29).

Além das percepções individuais, consideram-se dois mitos: um é que Goiânia não teria um acervo arquitetônico característico, com representação relevante tanto artística como histórica; o segundo é da inexistência de monumentalidade nas edificações da cidade que poderiam trazer relevância suficiente para seu resgate e preservação. Sobre o primeiro, como já explanado no Capítulo 2, mostra que o modelo reproduzido em Goiânia possui representatividade cultural e histórica não apenas para a capital mas para toda região de influência, considerando ainda os ideais presentes em sua construção. Quanto à monumentalidade, a arquitetura predominante dos primeiros edifícios estava totalmente ligada a ideia de futurismo, *style moderne* e art déco. (UNES, 2008).

É fato que o estilo encontrou uma denominação universal recentemente, estando relegado a um tipo de esquecimento. A literatura arquitetônica desse período é também omissa, além de ter sido identificado um certo preconceito quando a considera arte menor diante de maiores manifestações no design. (UNES, 2008).

O desconhecimento sobre essa orientação artística é refletido em Goiânia, considerado responsável, em parte, pelo descaso dos próprios habitantes com os edifícios históricos. Testifica-se a importância da conscientização e divulgação do conhecimento:

Novamente aqui podemos chamar à lembrança outro pensador, Schopenhauer: “Toda verdade passa por três estágios. Primeiramente ela é ridicularizada. Em segundo lugar é feita uma violenta oposição. E finalmente, ela é aceita como evidente”. Num momento em que inexiste a conscientização acerca de uma orientação artística e arquitetônica e, conseqüentemente, o interesse despertado é praticamente inexistente, tende-se à minimização do valor do objeto artístico: “ele é ridicularizado”. (UNES, 2010, p.4).

Assim, muitas pessoas passam todos os dias diante dessas construções e não sabem seu valor ou o que significam para sua própria história, nem mesmo para explicar o seu espaço de vivência cotidiana. O artigo Tesouros Invisíveis (RODRIGUES, 2018), publicado num jornal local, fala sobre essa falta de consciência,

na tentativa de despertar a atenção da população para a observação da paisagem. Não são poucos os eventos e publicações que divulgam o Art Déco em Goiânia, mas certamente ainda são insuficientes.

Ao pontuar cada problema no decorrer do texto, sugere-se que o ponto mais importante de ação seria a conscientização da informação.

Foi então proposto um questionário (Anexo) a ser aplicado aos frequentadores do Setor Central, para compreender o conhecimento popular a respeito da arquitetura local e estimular a percepção e interesse para esse patrimônio.

A análise dos dados será discutida no Capítulo 6.

VI - ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Para analisar o que foi proposto, foi criado um questionário com a finalidade de identificar mas também de incentivar, voltado especificamente para os frequentadores do Setor Central, definido como recorte espacial. O modelo utilizado está no Anexo.

Para a identificação do perfil do usuário foram colocados três tipos específicos: moradores, trabalhadores ou usuários do bairro e questões como: tempo que reside em Goiânia, motivo pelo qual se mudou para a cidade, grau de escolaridade e faixa etária, a opinião sobre o bairro, se conhece a história da cidade e das construções presentes, além de informações sobre patrimônio.

No quesito incentivo, o questionário trouxe informações sobre a história, sobre o patrimônio, reconhecimento de edifícios através de imagens e opinião sobre a contribuição para mudanças no bairro. Algumas imagens foram retiradas de um trabalho artístico chamado Projeto Pigmentos Goiânia, em que o arquiteto Rodolpho Furtado faz tratamento digital nos edifícios, limpando toda poluição visual e interferências que escondem a beleza de edifícios e outros elementos marcantes da paisagem de Goiânia.

Assim, ao mesmo tempo em que o questionário interroga, também apresenta informação, sendo este um dos principais motivos pela idealização de uma amostragem maior. Porém, após o início da aplicação do questionário, algumas dificuldades foram percebidas: questionário extenso, perguntas longas, indisposição

das pessoas em colaborar por medo (caso de comerciantes informais) ou receio da falta de informação após revelar o assunto. Além disso, nas abordagens iniciais já foi possível perceber o panorama buscado, que pouco mudava de uma pessoa para outra, motivo pelo qual decidiu-se reduzir bastante o número de questionários aplicados, considerados suficientes para essa pesquisa. Apesar das dificuldades, foi percebido que ao final do questionário as pessoas mostravam-se interessadas e surpresas com a informação, até mesmo elogiando a iniciativa, sugerindo que deveria acontecer ações do tipo com frequência.

As abordagens priorizaram as áreas comerciais e residenciais, pois como existe a finalidade de informação, a presente análise já inicia um contato com os cidadãos para a próxima ação do poder público, que é a aprovação da Lei dos Engenhos (SEPLANH, 2018), cuja proposta traz incentivos tributários para aqueles proprietários que limpem suas fachadas, adequando aos novos padrões reduzidos de publicidade, juntamente com a manutenção do edifício. (ABREU, 2018).

Após serem aplicados 40 questionários, foram identificadas as seguintes análises:

A maioria dos entrevistados (34) eram moradores de Goiânia, e 6 residem na Região Metropolitana sendo que 3 deles trabalham no Setor Central.

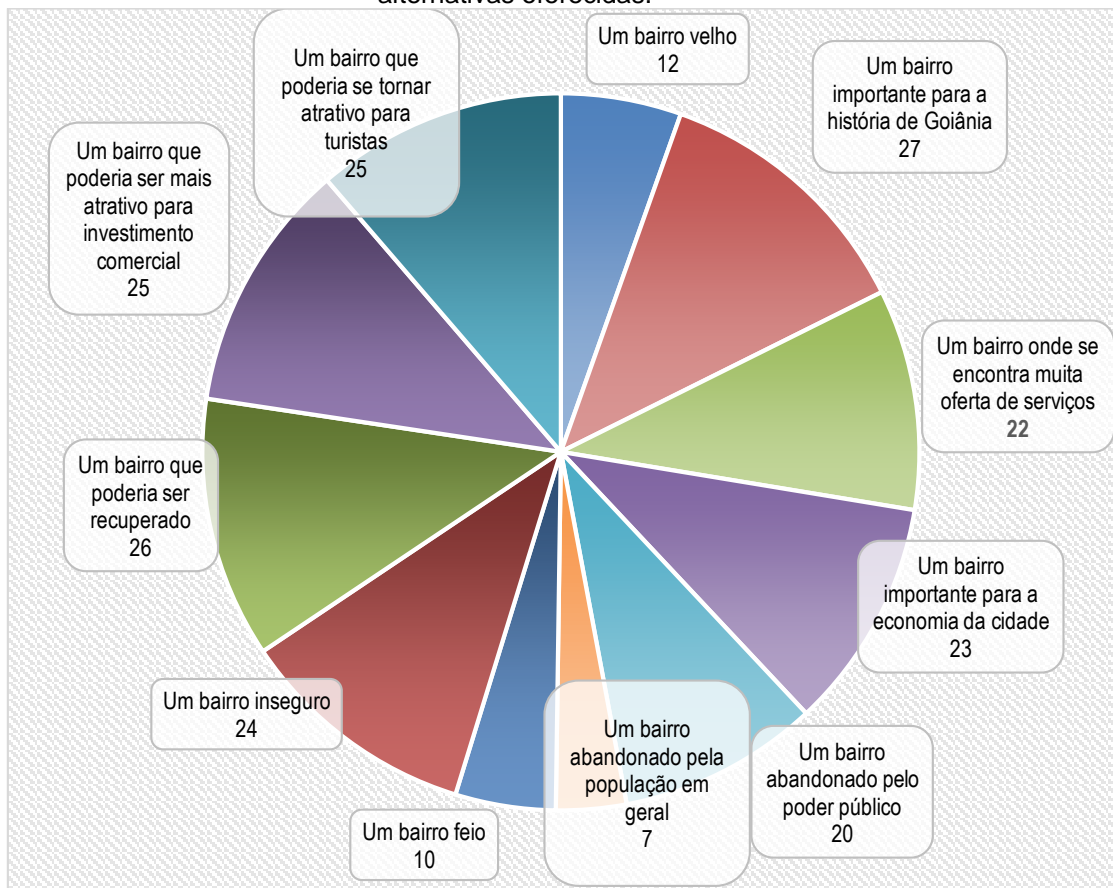
Da maneira como utilizam o bairro foram oferecidas três opções: moram, trabalham ou usam os serviços disponíveis. Mas nessa questão há algumas afirmativas lógicas: quem mora e quem trabalha também usa os serviços, assim: 20 usam, 15 trabalham e não moram no bairro (incluindo aqueles 3 das outras cidades), 2 trabalham e também moram e 3 moram e não trabalham no bairro.

Dos 34 que moram em Goiânia, a minoria (16) nasceu aqui, e 2 deles moraram em outra cidade durante um tempo. Para os que não nasceram aqui, que totalizaram 18 pessoas, foram oferecidas quatro alternativas para o motivo da vinda: buscar melhores oportunidades de emprego (4), buscar qualidade de vida (4, sendo que 1 acrescentou que veio fazer faculdade), ficar próximo da família (1), outro (2 informaram que vieram com os pais quando crianças, 1 foi transferido pela empresa). 1 marcou as três opções, 4 marcaram as duas primeiras opções, e 1 além das duas opções acrescentou que veio para estudar.

Para o modo como as pessoas percebem o Setor Central foram oferecidas onze opções diversas, podendo marcar várias, portanto segue a quantidade de marcações para cada opção, onde se observa um certo otimismo nas respostas:

1. Um bairro velho (12)
2. Um bairro importante para a história de Goiânia (27)
3. Um bairro onde se encontra muita oferta de serviços (22)
4. Um bairro importante para a economia da cidade (23)
5. Um bairro abandonado pelo poder público (20)
6. Um bairro abandonado pela população em geral (7)
7. Um bairro feio (10)
8. Um bairro inseguro (24)
9. Um bairro que poderia ser recuperado (26)
10. Um bairro que poderia ser mais atrativo para investimento comercial (25)
11. Um bairro que poderia se tornar atrativo para turistas (25)

Fig.25 – Gráfico ilustrativo da percepção do Setor Central pelos seus frequentadores, conforme as alternativas oferecidas.



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

Das duas ações propostas para o bairro, a maioria (34) achou importante recuperar as construções antigas renovando a paisagem e 6 pessoas acharam que o ideal seria demolir e construir novas.

Sobre o que é patrimônio histórico, 9 responderam que não sabiam, mas que imaginavam ser: coisas antigas (1) museu (1), coisas do governo (1) e 1 imaginava um significado mais abrangente como realmente é. Dos 31 que responderam que sabem, 27 têm realmente noção do que é, relacionando mais às construções, e um ou outro atribui à memória, à cultura e aos bens que não sejam materiais ou construídos.

Do total da amostra, 18 pessoas informaram saber da presença do Art Déco nos primeiros edifícios de Goiânia, sendo que 1 informou não saber claramente do que se trata o termo. Informaram ainda que o meio pelo qual adquiriram tal compreensão foi: 11 através de escola/ faculdade (sendo que 5 destes adicionaram cursos, livros ou internet), e 6 através de Internet/ TV/ panfleto/ reportagem.

A maioria (37) acha importante que as pessoas em Goiânia saibam essa informação, pela importância do conhecimento e da sua história. 35 também acham importante que as pessoas de outras cidades saibam e algumas justificativas foram citadas: se tornar mais atrativa (5), para ser inserida na rota turística (2), pela referência como capital e metrópole (2), pela referência no território nacional (4).

Das imagens de três edifícios tombados, 27 pessoas reconheceram ao menos um deles e sua localização, e 10 acertaram todos.

Das imagens das residências aleatórias, retiradas do Projeto Pigmentos Goiânia, a maioria (26) das pessoas não reconheceu nenhuma delas, as demais reconheceram ao menos uma. Essa questão poderia ser melhorada, questionando se ao menos a pessoa se lembra de ter visto, porque não são construções conhecidas, mas existem muitas semelhantes por todo o bairro e o importante é que se tenha consciência da existência delas. O fato de não reconhecê-las foi justificado por duas opções oferecidas: nunca observou (23), estão escondidas atrás de propagandas publicitárias (14). 1 marcou as duas opções e 2 afirmaram conhecer todas.

Assim como as imagens, as próximas questões buscavam induzir a reflexão. A primeira: Você acredita, após ver todas essas imagens que em Goiânia existem muitos edifícios interessantes, que se forem limpos e bem cuidados, melhoraria o aspecto da cidade, valorizaria sua imagem e aumentariam os investimentos e interesse pelo Setor Central? 39 afirmaram que sim e apenas 1, respondeu que não.

A segunda, em como o poder público poderia contribuir para a essa mudança, foram dadas duas opções: estimulando o cuidado com os edifícios (11), divulgando a informação (6). 13 marcaram as duas opções e outros 10 acrescentaram sugestões

(6 executando ações e políticas diversas, buscando parcerias e 4 custeando a recuperação).

Por fim, sobre como o interrogado poderia contribuir para essa mudança, 11 responderam que não sabem ou não poderiam. A maioria (29) respondeu que poderia contribuir divulgando tais informações, cumprindo com seus deveres de cidadão, ajudando a preservar e cobrando do poder público. Importante destacar as seguintes respostas: “uma pessoa sozinha não consegue, mas um grupo a reivindicar do poder público”; “pintando” (um pintor respondeu); “em nada pois derrubaria para fazer tudo novo”; “não sabe como mas a partir da pesquisa começaria a pensar”.

O resultado para o grau escolar dos interrogados foi: fundamental (7), médio (19), superior (12) e pós-graduação (2). A faixa etária foi: até 20 anos (3), de 20 a 35 anos (10), de 35 a 50 anos (13) e acima de 50 anos (14). Na tentativa de associar as informações de idade e escolaridade com as respostas, houve muita variação.

Considerando a amostragem é possível compreender que há um grande número de pessoas que frequentam o Setor Central como usuários e trabalhadores, e que embora utilizem esse espaço com tanta frequência, não têm o hábito de observar os edifícios. Embora a maioria dos interrogados tenham noção do que é patrimônio, a maioria não tem informações sobre o Art Déco junto à história de Goiânia. E mesmo não tendo esse conhecimento, quase a totalidade julgou importante tê-lo e quase esse mesmo número acredita que essa informação deve ultrapassar os limites territoriais locais para destacar o valor da capital no contexto nacional.

A maioria reconheceu algum dos patrimônios apresentados, e realmente não é comum aqui que se saiba nome e localização, mas é bastante importante que se reconheça. Sobre as residências históricas de estilo arquitetônico variado, a maioria das pessoas admitiu nunca ter observado, mas após a abordagem, provavelmente foram despertadas.

A maioria não sugeriu grandes ações do poder público para a preservação e melhoria do centro, mas acredita que o cuidado com os edifícios deve ser estimulado. A maioria também, acredita após o questionário, que pode contribuir individualmente divulgando a informação, o que pode ser considerado um avanço positivo.

Aparentemente, a idade e o grau de escolaridade não influenciaram nas respostas pois não apresentou uma associação lógica ou padronizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos através da pesquisa que o Setor Central, apesar de degradado, é um ponto altamente atrativo e ativo, para o qual se deslocam trabalhadores até de outras cidades, o que pode ser justificado pela grande oferta de serviços e comércios, e pelo amplo atendimento em transporte público.

Quanto à migração para Goiânia, relacionada ao discurso de modernidade, pôde ser observada pela quantidade de pessoas vindas de outras localidades, inclusive distantes em busca de oportunidades na promissora capital.

Em relação à história da arquitetura, a renegação ao Art Déco por sua oposição ao tradicional poderia ser desconsiderada, pois a pesquisa mostrou que a maioria das pessoas que frequentam o Setor Central realmente não a conhecem, embora estejam tão próximos a ela, ou utilizando seus espaços. A maioria das pessoas também não tem o hábito de observar os edifícios, talvez por estarem escondidos detrás de grandes publicidades, ou por desinteresse pessoal, como muitas afirmaram, mas talvez os próprios edifícios é que estejam atualmente desinteressantes.

Embora esse seja o panorama encontrado, a aplicação do questionário, com certeza, lançou sementes, pois aqueles que participaram da pesquisa irão, a partir daquele momento, observar mais o seu entorno e lembrar da história discutida no dia em que foram abordados. Isso porque foram incitados pelas imagens, informações e

pelo desafio de pensar sobre sua contribuição dentro desse contexto, o que os estimula a levar adiante o conhecimento.

Ao que parece, ações de divulgação são de extrema necessidade e urgência, pois não se pode cobrar reconhecimento sobre aquilo que não é conhecido, como já descrito nesta pesquisa anteriormente: não se valoriza o que não se conhece, pois não há referência de significado. Apesar de haver uma certa frequência de eventos sobre o assunto em Goiânia, a participação é predominante de pessoas atuantes ou que se interessam pela área de preservação. Portanto, para alcançar a maioria dos populares, há que se realizar ações mais próximas e talvez até lúdicas, usando criatividade para novas abordagens e explorando o poder dos recursos tecnológicos disponíveis. Se as pessoas não vão aos eventos, os eventos precisarão ir até as pessoas.

A pesquisa foi uma pequena amostra de que há muito trabalho a ser feito em prol do patrimônio local, seja ele tombado ou por seus explícitos valores. É preciso desmistificar o caráter negativo ligado ao termo tombamento ou preservação. É preciso flexibilizar a rigidez das restrições. É preciso inserir a história dentro do desenvolvimento. É preciso atualizar e revisar leis. E é preciso, principalmente, divulgar a informação para que seja reconhecida e adquira valores – contar história.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO PARA O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO CULTURAL E ARTÍSTICO

1. **Você mora em Goiânia? Há quanto tempo?**
 SIM NÃO _____
2. **Nasceu aqui?**
 SIM NÃO
3. **Se não nasceu aqui, por que se mudou para Goiânia? (pode marcar várias alternativas)**
 Melhores oportunidades de emprego
 Buscar qualidade de vida
 Ficar próximo da família
 Outro: _____
4. **Como você utiliza o Setor Central? (pode marcar várias alternativas)**
 Moro no Setor Central
 Trabalho no Setor Central
 Uso os serviços e comércios disponíveis no Setor Central
5. **Como você vê o Setor Central? (pode marcar várias alternativas)**
 Um bairro velho
 Um bairro importante para a história de Goiânia
 Um bairro onde se encontra muita oferta de serviços
 Um bairro importante para a economia da cidade
 Um bairro abandonado pelo poder público
 Um bairro abandonado pela população em geral
 Um bairro feio
 Um bairro inseguro
 Um bairro que poderia ser recuperado
 Um bairro que poderia ser mais atrativo para investimento comercial
 Um bairro que poderia se tornar atrativo para turistas
6. **Qual ação você acha que seria interessante para o Setor Central?**
 Demolir as construções antigas e construir novas
 Recuperar as construções antigas, renovando a paisagem
7. **Você sabe o que é patrimônio histórico?**
 Não. Imagino que seja _____
 Sim. É _____
8. **Goiânia foi criada a partir de uma ideia de modernidade para uma nova capital de Goiás. Por esse motivo foi definida para a arquitetura dos principais edifícios, o estilo Art Déco. Você sabia disso?**
 SIM NÃO
9. **Você sabe que o Art Déco é um termo francês que originou de artes decorativas, um estilo que se manifestou nas mais diversas representações artísticas: design, arquitetura, moda, publicidade, etc.?**

<input type="checkbox"/> SIM. Onde soube? <input type="checkbox"/> Escola, faculdade <input type="checkbox"/> Internet, TV, panfleto <input type="checkbox"/> Palestra, curso <input type="checkbox"/> Outro _____	<input type="checkbox"/> NÃO. Por que? <input type="checkbox"/> Não vi nada sobre isso na escola, faculdade <input type="checkbox"/> Nunca vi isso na Internet <input type="checkbox"/> Nunca ouvi ninguém falar sobre isso <input type="checkbox"/> Outro _____
--	--
10. **Você acha importante que as pessoas em Goiânia, saibam essa informação?**
 SIM. Porque _____
 NÃO. Porque _____
11. **Você acha importante que as pessoas de outras cidades saibam desse valor existente em Goiânia?**
 SIM. Porque _____
 NÃO. Porque _____

12. Você conhece os edifícios abaixo e onde ficam?



Fonte da figura: MP.



Fonte da figura: Jornal Opção.



Fonte da figura: R7.

Nome: _____

Onde fica: _____

13. Você conhece os edifícios abaixo?



SIM NÃO



SIM NÃO



SIM NÃO



SIM NÃO



SIM NÃO



SIM NÃO

Se não conhece esses edifícios, por quê?

Nunca observou

Estão escondidos atrás de propagandas publicitárias

Essas imagens são do projeto Pigmentos Goiânia, onde o arquiteto Rodolpho Furtado faz tratamento digital nos edifícios, limpando toda poluição visual e interferências que escondem a beleza de edifícios e outros elementos marcantes da paisagem de Goiânia. Instagram: @pigmentosgoiania

14. Você acredita, após ver todas essas imagens que em Goiânia existem muitos edifícios interessantes, que se forem limpos e bem cuidados, melhoraria o aspecto da cidade, valorizaria sua imagem e aumentariam os investimentos e interesse pelo Setor Central?

SIM NÃO

15. Como o poder público pode contribuir para isso?

Estimulando o cuidado com os edifícios

Divulgando a informação

Outro: _____

16. Como você pode contribuir para isso?

17. Qual seu grau de escolaridade?

Fundamental

Médio

Superior

Pós-graduação

18. Qual sua faixa etária?

Até 20 anos

20 a 35 anos

35 a 50 anos

Acima de 50

REFERÊNCIAS

ABREU, Vandr . Nova Tentativa para limpar fachadas. **O Popular**, Goiânia, ano 80, n. 23.685, 7 nov. 2018.

BRASIL. Constitui o (1988). Constitui o da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 12 out. 2018.

_____. Decreto-Lei n  25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm> Acesso em: 12 out. 2018.

_____. Lei n  10257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em: 12 out. 2018.

CASTRO, Carlos José. **Museu Zoroastro Artiaga**. Flickr. 22 set. 2012. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/carlosjcastro/8013351570/>> Acesso em 07 out. 2018.

CASTRO, Carlos José. **Museu Zoroastro Artiaga**. Thy len Lorrुama. Zoroastro Artiaga: museu mais antigo de Goiânia conta história de Goiás. R7. 29 abr. 2018. Disponível em: <<https://diaonline.r7.com/2018/04/29/zoroastro-artiaga-museu-mais-antigo-de-goiania-conta-historia-de-goias/>> Acesso em 09 out. 2018.

CHAUL, Nars Fayad. **A constru o de Goiânia e a transferência da capital**. 1984. Disserta o (Mestrado em História). UFG: Goiânia, 1984.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

COUCEIRO, S. C. **Patrimônio cultural: conceito (parte 1)**. Material didático do módulo “Memória e patrimônio” do curso de Gestão de Acervos Bibliográficos, Arquivísticos e Museológicos, promovido pela Fundação Joaquim Nabuco em parceria com o Grupo SABER Tecnologias Educacionais e Sociais da Universidade Federal de Pernambuco. Ago. 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vGeXC_2nx9M&t=2s 10’04”

DAHER, Tânia. O projeto original de Goiânia. Dossiê cidades planejadas na Hinterlândia. **Revista UFG**. Ano XI, nº 6, p. 77-91, jun. 2009.

ESTEVAM, L. A.; MACHADO, I. R. Entre o sonho e a realidade. In: Iris Rezende Machado. (Org.). **A saga da construção de Goiânia no coração do Brasil**. Brasília: Editora do Senado Federal, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico – **dossiê de tombamento**. Goiânia: Instituto Casa Brasil de Cultura, 2010.

GOIÂNIA. Prefeitura de Goiânia. **Prefeitura e Iphan apresentam novos passos da restauração da Estação Ferroviária de Goiânia**. Redação. 17 jan. 2018. Disponível em: < <http://prefeituradegoiania.blog/2018/01/17/prefeitura-e-iphan-apresentam-novos-passos-da-restauracao-da-estacao-ferroviaria-de-goiania/>> Acesso em: 12 out. 2018.

GOIÂNIA. Secretaria Municipal de Cultura.

_____. Secretaria Municipal de Cultura. Bens Tombados União Estado Município. Goiânia, 2018.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento e Habitação.

GOIÂNIA. Lei Orgânica do Município: Disponível em:<<http://www.goiania.go.leg.br/leis/lei-organica-municipal>> Acesso em: 12 out. 2018.

_____. Lei Complementar nº 014, de 29 de dezembro de 1992. Código de Posturas. Disponível em:<<http://www.goiania.go.gov.br/download/smt/codigo%20posturas.pdf>> Acesso em: 12 out. 2018.

_____. Lei Complementar nº 7164, de 04 de dezembro de 1992. Disponível em:<<http://www.goiania.go.gov.br/download/smt/codigo%20posturas.pdf>> Acesso em: 12 out. 2018.

_____. Lei Complementar nº 171, de 29 de maio de 2007. Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/2007/lc_20070529_000000171.html> Acesso em: 12 out. 2018.

GOIÂNIA DO FUTURO. Plano Diretor de Goiânia. **Minuta de Lei Complementar**. Goiânia, mar. 2018. Disponível em: <<http://goianiadofuturo.blog/wp-content/uploads/2018/03/Minuta-do-Plano-Diretor-Audie%CC%82ncia-MP.pdf>> Acesso em 12 out. 2018. Acesso em 12 out. 2018

GOOGLE MAPS STREET VIEW. Disponível em: <<https://www.google.com/maps>> Acesso em: 12 fev. 2018.

Grande Hotel vira pista de dança neste domingo. Curta Mais. 23 set. 2015. Disponível em: <<http://www.curtamais.com.br/goiania/grande-hotel-vira-pista-de-danca-neste-domingo>> Acesso em 07 out. 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. BRASIL. **Cartas Patrimoniais**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>> Acesso em: 12 fev. 2018.

Jornal Opção. LEITE, Fernando. **Teatro Goiânia**. Marcelo Gouveia. Teatro Goiânia divulga programação de novembro. Edição 2103. 31 out 2015. Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/teatro-goiania-divulga-programacao-de-novembro-50151/>> Acesso em: 09 out 2018.

JÚNIOR, Edir. **Através da foto**. 6 fev. 2011. Blog Através da Foto. Disponível em: <<http://atravesdafoto.blogspot.com/2011/02/local-coreto-praca-civica-goianiago.html>> Acesso em 07 out. 2018

LUCIA. **Goiânia, cidade da eterna primavera**. Blog Estradas e Caminhos. 13 jul. 2011. Disponível em: <<http://estradasecaminhos.blogspot.com/2011/07/goiania-cidade-da-eterna-primavera.html>> Acesso em 07 out. 2018

MARTINS. Vinícius. **Programação do Teatro Goiânia de setembro traz atrações de dança, música e teatro**. Revista Factual. 9 set. 2016. Disponível em: <<https://revistafactual.com.br/goias/2016/09/09/programacao-do-teatro-goiania-de-setembro-traz-atracoes-de-danca-musica-e-teatro/>> Acesso em 07 out. 2018.

MONTEIRO, Flávia de Azevedo. John Ruskin: Teorias da preservação e suas influências na preservação do Patrimônio Brasileiro no início do século XX. **Revista do Colóquio**, [S.l.], v.2, n.3, p.90-101, dez. 2012.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. **Como nasceu Goiânia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.

MOURA. Ana Amélia de Paula. **Arquitetura residencial moderna em Goiânia: delineando um cenário**. Programa de Especialização em Patrimônio: artigos (turma 2007). LANDAU, Beatriz Adams Landau (org.). Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. p.11-41

MP. **Estação Ferroviária**. Goiânia. Disponível em:
<<http://www.mpgo.mp.br/portal/conteudo/goiania--2#.W98cDNVKg2w>> Acesso em:
09 out 2018.

PROJETO PIGMENTOS GOIÂNIA. Rodolpho Furtado. Disponível em:
<<https://www.instagram.com/pigmentosgoiania/?hl=pt-br>> Acesso em: 20 out 2018.

RODRIGUES, Leandra de Brito. Tesouros invisíveis. **Diário da Manhã**, Goiânia, ano 37, n. 11.083, 20 fev. 2018.

RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. **Goiânia: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes**. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Identidade Nacional**. São Paulo: Annablume, 2013.

SCHETTINI, Mariana Gómez. Del atractivo turístico auténtico a la construcción de autenticidad: turismo y renovación urbana en el barrio de La Boca de la Ciudad de Buenos Aires. IN: BERTONCELLO, R. (comp.) **Turismo y Geografía: lugares y patrimonio natural-cultural de la Argentina**. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2008, p.111-133.

SEBASTIÃO, Ana Sofia Camoêsas. **Planeamento estratégico para o Centro Histórico de Torres Vedras**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de Lisboa: Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, 2010. Disponível em:
<<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/3862>> Acesso em: 12 out. 2018.

UNES, Wolney. **Identidade art déco de Goiânia**. Goiânia: Instituto Casa Brasil de Cultura, 2008.

URURAHY, Nilton Rabello. Goiânia – nova capital: entre o sonho e a realidade. IN: CAMPOS, Yussef D. S.; FERREIRA, Lúcio Menezes. (orgs.). **Tramas do patrimônio cultural: identidade, memória e localidade**. Juiz de Fora: Editar Editora Associada Ltda, 2018.

VIVA REAL. O maior portal de imóveis do Brasil. Disponível em: <
<https://www.vivareal.com.br>> Acesso em 05 jun. 2018.

VOGT, Fernanda; RIGO, Karina. **John Ruskin – restauradores e seus ideais**. Artigo elaborado para a disciplina de Técnicas de Restauro - ARQ 343 - UNIFRA Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), Santa Maria/RS. Páginas 11. Mar. 2013. Disponível em:
<<https://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Ruskin-Trab-Vogt-Fernanda%C2%B2-Rigo-Karina%C2%B2/627552.html>> Acesso em 07 out. 2018.